

Id:030E59339D08F2B6


 ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL ALVES/PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 003.667/2021 – PMMA

PREGÃO PRESENCIAL N°: 008/2021 – SRP

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°: 137/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES/PI

CONTRATADA: F T S CONSTRUTORA LTDA – ME (CNPJ nº 18.568.718/0001-44)

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a prestação dos serviços de manutenções, adequações, reformas e ampliações em diversas vias, praças, prédios e equipamentos públicos, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Miguel Alves/PI, em especial, para realização das obras e serviços de reforma de tabuleiros de pontes de madeiras situadas na Localidade Paiol Velho e na Localidade Remanso na Zona Rural do Município

VALOR GLOBAL: R\$ 44.745,57 (quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02

FONTE DOS RECURSOS: FPM, ISS, IPTU, IPVA, ICMS e demais recursos próprios

DATA DA ASSINATURA: 08/10/2021

Miguel Alves/PI, 08 de outubro de 2021.



 FRANCISCO ANTÔNIO REBELO DE PAIVA  
 Prefeito Municipal

Id:0F8BCA6EE6E2F85F


 ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ELISEU MARTINS

## REQUERIMENTO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Eliseu Martins – PI

MARIA DA CRUZ DOS SANTOS FERREIRA ALVES, brasileira, casada, servidora pública municipal, ocupante do cargo de professora SE nível IV, matrícula 22-1, portadora do RG nº 1.227.238 SSP/PI e inscrita no CPF/MF sob nº 433.107.963-53, residente e domiciliado na Rua José Messias, 960, centro, Eliseu Martins (PI), vem, perante Vossa Excelência expor e requerer o que se segue:

A requerente atualmente está lotada na rede municipal de educação, exercendo 20h na Unidade Escolar Madalena da Costa e Silva, no turno da manhã, e 20h no Ginásio Municipal Wilson Parente, no turno da tarde.

Chegou ao conhecimento da servidora de que tramitou perante o Tribunal de Contas do Piauí o Processo de Denúncia TC/013548/2016, relativo à Prefeitura Municipal de Eliseu Martins – PI, em que se apurou possível acúmulo ilegal de cargos públicos pela servidora requerente.

De início é necessário esclarecer que a requerente não cumula ilegalmente seus cargos, isso porque não há limitação constitucional acerca da limitação da jornada de trabalho, deixando claro a Constituição Federal que tem de haver apenas compatibilidade de horário. Aliás, essa discussão foi objeto de decisão com repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, que nos autos nº ARE nº 1.246.685 fixou o tema nº 1081:

“As hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal”.

O cargo de professora, por determinação da Lei nº 11.738/08, possui cumprimento de carga horária diferenciada, devendo respeitar a proporção máxima de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos - com um terço da jornada destinado a atribuições sem educandos (parcela de tempo conhecido como horário pedagógico ou hora atividade). Sendo assim, das 80h resultantes dos dois cargos, apenas 54h tem de ser cumpridas pela servidora diretamente em sala de aula.

Apesar de nunca ter sido notificada acerca desse processo, sabe que já há decisão final, em que ficou determinado a Vossa Excelência que:

“convoque os servidores Osnilton Alves e Maria da Cruz dos Santos Ferreira para fazerem opção, ou seja, escolha, com o fim de regularizar a situação, e, após convocação, permanecendo inertes os servidores, a Administração Pública deve instaurar um processo administrativo disciplinar assegurando o contraditório e a ampla defesa aos mesmos, visando à apuração dos fatos para conclusão quanto à ilegalidade do acúmulo, tomando providências cabíveis, sob pena de repercutir negativamente na sua prestação de contas e aplicação de multa”

Assim, apesar de discordar da conclusão que chegou o Tribunal de Contas do Estado do Piauí, a requerente é sabedora que tem de cumpri-la.

Desta forma, com vista a se adequar ao entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Piauí de que é lícita a acumulação de cargos ou empregos quando a jornada não ultrapassar 60 horas semanais; considerando que a legislação municipal define apenas a jornada máxima de trabalho de seus servidores (40 horas semanais); e considerando que não existe jornada de trabalho específica para o cargo em que a requerente tomou posse; a servidora Maria da Cruz dos Santos Ferreira Alves vem requerer a **REDUÇÃO DE SUA JORNADA DE TRABALHO**, a partir de 01 de setembro de 2021, com redução de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais (apenas um turno de trabalho), declarando estar ciente que tal redução importa em diminuição proporcional de seus vencimentos e vantagens pecuniárias.

Termos em que pedem e esperam deferimento.

Eliseu Martins (PI), 27 de agosto de 2021.


 MARIA DA CRUZ DOS SANTOS FERREIRA ALVES

 ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ELISEU MARTINS  
 Praça Gov. Alberto Silva, 442/Centro  
 CNPJ 06.554.059/0001-08  
 E-mail: pmempi@hotmail.com


## DESPACHO: Requerimento Administrativo

## Redução de carga horária

Tendo em vista a orientação trazida pela Procuradoria Geral do Município, através do parecer técnico, mediante requerimento voluntário da servidora MARIA DA CRUZ DOS SANTOS FERREIRA ALVES, após notificação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí Processo nº 013548/2016, decreto a redução da carga horária da servidora de 40h/semanais para 20h/semanais, com reflexos nos seus vencimentos.

Após cumpridas as providências, seja comunicado o TCE-PI, com os documentos comprobatórios da redução da carga horária.

Eliseu Martins-PI, 06 de setembro de 2021.


 ALDIMAR DE SOUSA DIAS  
 Prefeito Municipal.